

ONTOLOGIA DO TEMPO: UMA FUNDAMENTAÇÃO ENTRE KAIRÓS, CHRONOS E MÉTRICA

Antonio Bento de Sousa

<https://orcid.org/0009-0009-0596-5737>

E-mail: bento81376119@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01-36>

RESUMO: Propõe uma reflexão filosófica e ontológica acerca da natureza do tempo, distinguindo-o das formas convencionais de medição utilizadas pela humanidade. O estudo parte do problema histórico presente na filosofia e na ciência, destacando diferentes interpretações desenvolvidas por pensadores como Aristóteles, Agostinho, Newton, Kant, Bergson e Einstein. A pesquisa argumenta que há uma confusão recorrente entre o tempo enquanto realidade ontológica e os instrumentos criados para sua mensuração, como relógios e calendários. Para superar esse dilema, o autor estabelece uma estrutura tripartite composta por Kairós, entendido como dimensão ontológica originária; Chronos, relacionado à sucessão e ao devir; e métrica, compreendida como sistema convencional de quantificação temporal. O trabalho também analisa a evolução histórica dos instrumentos de medição do tempo, demonstrando que o avanço tecnológico aumenta apenas a precisão métrica, sem revelar a essência do tempo. Como exercício teórico, apresenta propostas de reorganização temporal, como o relógio centesimal e o calendário 10×35 , reforçando a ideia de que a métrica temporal é configurável e convencional.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Ontologia. Métrica.

ONTOLOGY OF TIME: A FOUNDATION BETWEEN KAIRÓS, CHRONOS AND METRICS

ABSTRACT: It proposes a philosophical and ontological reflection on the nature of time, distinguishing it from conventional forms of measurement used by humanity. The study starts from the historical problem present in philosophy and science, highlighting different interpretations developed by thinkers such as Aristotle, Augustine, Newton, Kant, Bergson and Einstein. The research argues that there is a recurring confusion between time as an ontological reality and the instruments created to measure it, such as clocks and calendars. To overcome this dilemma, the author establishes a tripartite structure composed of Kairós, understood as the original ontological dimension; Chronos, related to succession and becoming; and metric, understood as a conventional system of temporal quantification. The work also analyzes the historical evolution of time measuring instruments, demonstrating that technological advances only increase metric precision, without revealing the essence of time. As a theoretical exercise, it presents proposals for temporal reorganization, such as the centesimal clock and the 10×35 calendar, reinforcing the idea that temporal metrics are configurable and conventional.

KEYWORDS: Time. Ontology. Metric.

INTRODUÇÃO

O tempo está entre os conceitos mais fundamentais e, ao mesmo tempo, mais problemáticos da experiência humana. Presente em todas as dimensões da vida — da organização cotidiana às formulações científicas mais avançadas — ele é constantemente utilizado, medido e pressuposto, mas raramente compreendido em sua natureza mais profunda.

Ao longo da tradição filosófica e científica, diferentes concepções foram formuladas na tentativa de responder à pergunta: o que é o tempo? De Aristóteles a Agostinho de Hipona, de Isaac Newton a Immanuel Kant, passando por Henri Bergson e Albert Einstein, o tempo foi interpretado ora como medida do movimento, ora como experiência da consciência, ora como estrutura do mundo físico ou forma da sensibilidade.

Apesar dessa diversidade de abordagens, permanece uma dificuldade central: a tendência de confundir o tempo enquanto realidade ontológica com as formas pelas quais ele é medido e organizado. Relógios, calendários e sistemas de medição são frequentemente tomados como expressão direta do tempo, quando, na verdade, constituem apenas instrumentos construídos para sua operacionalização.

Este trabalho parte dessa problemática para propor uma distinção fundamental entre três níveis da temporalidade: o tempo enquanto fundamento ontológico (Kairós), o tempo enquanto manifestação sequencial (Chronos) e o tempo enquanto construção métrica (Métrica). A partir dessa estrutura, investiga-se o dilema instrumental presente na tradição, analisa-se a evolução histórica da precisão dos sistemas de medição e demonstra-se o caráter convencional das unidades temporais.

Como desdobramento dessa análise, são apresentadas propostas de reorganização métrica — como o modelo centesimal e o calendário 10×35 — não como substituições necessárias, mas como demonstrações teóricas da independência entre o tempo e suas formas de mensuração.

O objetivo central deste estudo é, portanto, restabelecer a primazia ontológica do tempo, distinguindo-o das estruturas métricas que o representam, e oferecer uma base conceitual que permita pensar a temporalidade com maior rigor filosófico e clareza epistemológica.

UMA FUNDAMENTAÇÃO ONTOLÓGICA ENTRE KAIRÓS, CHRONOS E MÉTRICA

“Toda grande transformação da humanidade teve início com uma pergunta radical acerca da realidade. Hoje, colocamo-nos diante de uma dessas perguntas fundamentais: o que é, de fato, o tempo? Não se trata aqui do tempo enquanto medida, nem do tempo enquanto cálculo ou convenção instrumental. Interroga-se, antes, o tempo enquanto ser — isto é, enquanto dimensão ontológica que precede e fundamenta toda experiência, toda mudança e toda possibilidade de mensuração.

É precisamente dessa exigência que emerge a necessidade de uma fundamentação ontológica do tempo, estruturada a partir de três eixos conceituais distintos, porém inter-relacionados: Kairós, Chronos e Métrica.

Kairós será compreendido como o regime ontológico originário, não reduzido à sucessão, mas caracterizado como a dimensão de plenitude, anterior à fragmentação temporal. Chronos, por sua vez, configura-se como o regime da sucessividade, emergente da condição de carência e devir, no qual o tempo se manifesta como sequência, duração e mudança. Por fim, a Métrica representa a formalização abstrata do tempo, isto é, sua tradução em sistemas de medida, convenções e estruturas operacionais que permitem sua quantificação e controle.

Assim, este trabalho não parte da medida para compreender o tempo, mas do ser para compreender a medida. A inversão desse percurso constitui o fundamento crítico desta investigação.

A presente proposta insere-se, portanto, em um horizonte transdisciplinar, articulando contribuições da filosofia, da física, da teologia e da metrologia, com o objetivo de reconstruir o estatuto ontológico do tempo e explicitar os limites e alcances

de sua mensuração.”

O PROBLEMA DO TEMPO NA TRADIÇÃO FILOSÓFICA

A questão do tempo atravessa toda a tradição filosófica como um problema persistente e irresoluto. Antes de propor uma nova fundamentação, é necessário reconhecer como essa questão foi historicamente formulada. Não se trata, portanto, de começar por respostas, mas pela própria tradição que as produziu.

Se reuníssemos, em uma mesma cena teórica, alguns dos mais influentes pensadores da história e lhes dirigíssemos uma única pergunta — o que é o tempo? — encontraríamos não uma definição comum, mas uma pluralidade de concepções irreduzíveis entre si. Para Aristóteles, o tempo é o número do movimento segundo o antes e o depois, estando intrinsecamente ligado à mudança e à ordenação dos eventos. Em Agostinho de Hipona, o tempo deixa de residir nas coisas e passa a ser compreendido como experiência da alma, uma distensão interior entre memória, atenção e expectativa. Já Isaac Newton concebe o tempo como absoluto, verdadeiro e independente de qualquer fenômeno, fluindo uniformemente por si mesmo. Em contraposição, Immanuel Kant afirma que o tempo não pertence ao mundo em si, mas constitui uma forma a priori da sensibilidade, condição subjetiva da experiência. Para Henri Bergson, o tempo verdadeiro não pode ser reduzido à medida: ele é duração vivida (*durée*), contínua e qualitativa. Por fim, em Albert Einstein, o tempo deixa de ser absoluto e passa a depender das condições físicas, variando conforme a velocidade, a gravidade e o referencial — sendo, portanto, inseparável dos sistemas de medição.

Temos, assim, seis respostas, seis ontologias implícitas e seis modos distintos de compreender

o tempo. E, no entanto, nenhuma delas encerra a questão. É precisamente nessa divergência que

o problema do tempo se revela em sua forma mais aguda: não se trata apenas de definir o tempo, mas de compreender por que ele admite definições tão distintas sem que nenhuma se imponha como definitiva. Essa tensão não é meramente teórica. Ela se

manifesta também no campo empírico e tecnológico.

Em contexto acadêmico, ao problematizar o funcionamento de relógios atômicos em sistemas de alta velocidade e variação gravitacional — como satélites ou a Estação Espacial Internacional — emerge uma questão decisiva: quando tais relógios apresentam variações em sua marcação, estamos diante de uma alteração no tempo em si ou apenas de uma variação nos instrumentos de medida?

Reformulada em termos mais precisos: a divergência entre relógios revela uma modificação ontológica do tempo ou uma diferença métrica condicionada por variáveis físicas?

Responder a essa questão exige mais do que observação empírica. Exige uma distinção rigorosa de níveis. O tempo não se apresenta de maneira unívoca, mas em regimes distintos que, embora relacionados, não devem ser confundidos. Propõe-se, assim, uma organização tripartite:

- **Kairós** — o regime ontológico originário, não reduzido à sucessão, condição de possibilidade do ser;
- **Chronos** — o regime ontológico da sucessividade, no qual o tempo se manifesta como ordem, anterioridade e devir;
- **Métrica** — o regime instrumental, no qual o tempo é formalizado, quantificado e operacionalizado por meio de sistemas de medida.

Sem essa distinção, incorre-se em um equívoco fundamental: tomar a medida pelo ser, confundindo a variação dos instrumentos com a natureza do tempo.

É nesse ponto que a tradição filosófica, embora indispensável, revela também seus limites — abrindo espaço para uma nova fundamentação ontológica do tempo.

O DILEMA INSTRUMENTAL: MÉTRICA E ONTOLOGIA

Se não distinguirmos aquilo que é medido daquilo que é, incorremos em um equívoco fundamental: tomar o comportamento dos instrumentos como expressão direta da natureza do tempo. É precisamente nesse ponto que emerge o dilema instrumental.

Esse dilema consiste na tendência de interpretar variações nos sistemas de medição como evidência de uma alteração ontológica do tempo. No entanto, relógios não acessam o tempo em si; eles respondem a condições físicas específicas.

Todo instrumento de medição temporal — seja mecânico, eletrônico ou atômico — opera a partir de processos físicos: movimento, oscilação ou vibração. Como qualquer sistema material, esses processos são sensíveis a variáveis como velocidade, gravidade e energia.

É nesse contexto que se insere a contribuição decisiva de Albert Einstein. A teoria da relatividade demonstrou que sistemas físicos submetidos a diferentes condições — especialmente altas velocidades e campos gravitacionais intensos — apresentam variações em seus ritmos de funcionamento. Esse fenômeno é conhecido como dilatação do tempo. Contudo, o ponto crítico não está na constatação do fenômeno, mas na sua interpretação. Quando dois relógios, submetidos a condições distintas, passam a marcar intervalos diferentes, o que exatamente está variando? O tempo enquanto ser — ou os sistemas físicos que o mensuram?

Do ponto de vista estritamente empírico, o que se observa é a alteração no regime de funcionamento dos próprios relógios. Seus processos internos — sejam oscilações ou transições atômicas — passam a ocorrer em ritmos distintos, conforme as condições físicas às quais estão submetidos. Isso significa que a métrica temporal é sensível ao mundo físico.

Mas dessa sensibilidade não decorre, necessariamente, que o tempo, enquanto dimensão ontológica, tenha sofrido modificação. É nesse ponto que se impõe a distinção fundamental: a métrica pertence ao domínio da operacionalização do tempo; a ontologia pertence ao domínio de seu fundamento. Confundir essas duas dimensões constitui o núcleo do dilema instrumental.

A teoria da relatividade, portanto, não deve ser compreendida como uma negação da existência do tempo, nem como uma prova direta de sua mutabilidade ontológica, mas como uma demonstração dos limites e das condições sob as quais o tempo pode ser medido.

Dito de outro modo: a relatividade redefine a métrica do tempo, mas não esgota a questão de seu ser. Assim, ao invés de invalidar a investigação ontológica, os resultados da física moderna tornam ainda mais necessária a distinção entre tempo enquanto realidade fundamental e tempo enquanto grandeza mensurável.

É somente a partir dessa distinção que se torna possível evitar reducionismos e avançar na construção de uma teoria do tempo que seja, ao mesmo tempo, filosoficamente consistente e cientificamente consciente de seus próprios limites.

AS CAMADAS DA TEMPORALIDADE

Para avançarmos na investigação, torna-se necessário organizar não apenas o conteúdo da exposição, mas o próprio ponto de partida a partir do qual o tempo é compreendido. A análise que segue adota um percurso metodológico específico: parte-se do nível mais imediato da experiência — o tempo enquanto medida — para, progressivamente, alcançar níveis mais profundos de fundamentação ontológica. Esse movimento, do mensurável ao ontológico, não indica hierarquia de valor, mas ordem de acesso. Não se inicia pela métrica por ser mais fundamental, mas por ser aquilo que primeiro se apresenta à experiência humana.

O fundamento último do tempo não reside naquilo que é medido, mas naquilo que torna possível tanto a sucessão quanto a própria medição. Ainda assim, o caminho da compreensão exige partir do fenômeno para alcançar seu fundamento. É nesse percurso que se revelam as camadas da temporalidade. Propõe-se, assim, uma estrutura tripartite:

1. O tempo métrico — o nível instrumental

No nível mais imediato encontra-se o tempo métrico. Trata-se do tempo formalizado, quantificado e operacionalizado por meio de sistemas de medição. É o tempo dos relógios, dos calendários e das equações. Não corresponde ao tempo em si, mas à forma pela qual o tornamos mensurável e utilizável. Seus fundamentos são físicos e matemáticos, estando diretamente condicionado ao comportamento dos sistemas materiais que o realizam. Trata-se, portanto, de um regime instrumental.

2. Chronos — o nível ontológico da sucessão

Superando o plano da medição, alcançamos o nível do Chronos. Aqui, o tempo não é mais instrumento, mas estrutura. O ser se manifesta sob a forma de sucessão: antes e depois, causa e efeito, continuidade e duração. O tempo aparece como ordem que organiza os eventos e torna possível a experiência da mudança. É nesse horizonte que Isaac Newton concebe o tempo como fluxo contínuo e universal — ainda que sua formulação permaneça vinculada à ideia de regularidade. Chronos constitui, portanto, um regime ontológico sequencial: não depende da medição para existir, mas torna a medição possível.

3. Kairós — o nível ontológico originário

Por fim, alcança-se o nível mais profundo: Kairós. Aqui, a sucessão deixa de ser condição. Não há anterioridade nem posterioridade, nem fluxo, nem duração no sentido sequencial. O tempo não se apresenta como algo que passa, mas como condição de possibilidade do próprio ser. Kairós não organiza eventos — funda a possibilidade de que qualquer evento venha a ocorrer. Trata-se de um regime ontológico não sequencial, no qual o ser não se distribui em uma ordem temporal, mas se estabelece em sua dimensão originária.

A ESCALA HISTÓRICA DA PRECISÃO MÉTRICA

Ao percorrermos a história da medição do tempo, torna-se evidente que aquilo que frequentemente se entende como “medir o tempo” corresponde, na realidade, à crescente sofisticação dos instrumentos utilizados para sua quantificação. Trata-se de uma escala histórica de precisão — mas não, necessariamente, de compreensão ontológica.

As primeiras tentativas sistemáticas de medição temporal surgem com o gnomon, instrumento que utiliza a projeção da sombra solar para indicar variações ao longo do dia. Nesse estágio, não se mede o tempo em si, mas a posição relativa da luz em relação à Terra. Em seguida, desenvolvem-se dispositivos como a clepsidra e a ampulheta. Nesses casos, o que se observa não é o tempo enquanto tal, mas o fluxo de um meio físico — o escoamento da água ou o deslocamento da areia — utilizado como

referência para marcar intervalos.

Com o advento do relógio mecânico e, posteriormente, do relógio de pêndulo, ocorre um avanço significativo na regularidade das medições. Ainda assim, o princípio permanece o mesmo: não se mede o tempo diretamente, mas um padrão de repetição cuja estabilidade depende de condições físicas, como a gravidade e a integridade do sistema mecânico.

O surgimento dos relógios de quartzo eleva ainda mais o nível de precisão. Nesse caso, a medição baseia-se na oscilação de um cristal submetido a corrente elétrica, atingindo frequências altamente estáveis — tipicamente na ordem de 32.768 vibrações por segundo. Apesar do salto tecnológico, o fundamento não se altera: continua-se a medir um processo físico regular, tomado como referência para a quantificação do tempo.

O ápice dessa trajetória instrumental é alcançado com o relógio atômico. Nesse sistema, a referência passa a ser a frequência de transição energética dos elétrons em átomos — particularmente no cézio — cuja estabilidade permite um nível de precisão sem precedentes.

O segundo, enquanto unidade fundamental de tempo no Sistema Internacional, é definido a partir de 9.192.631.770 ciclos dessa transição.

Entretanto, mesmo nesse estágio de máxima sofisticação, o princípio permanece inalterado: não se mede o tempo em si, mas fenômenos físicos extremamente estáveis utilizados como padrão.

A precisão aumenta. Os instrumentos evoluem. A capacidade de sincronização global se torna possível.

Mas o problema ontológico do tempo permanece intacto. A história da medição do tempo revela, assim, uma verdade fundamental: trata-se da história da precisão dos instrumentos — e não da descoberta da essência do tempo.

A MÉTRICA COMO CONSTRUÇÃO CONVENCIONAL

Se a métrica pertence ao nível operacional do tempo, então suas unidades não possuem estatuto ontológico — possuem estatuto convencional. Isso significa que os sistemas pelos quais organizamos, dividimos e quantificamos o tempo não são impostos pelo tempo enquanto ser, mas estabelecidos a partir de acordos humanos, ainda que frequentemente inspirados em regularidades naturais.

Sessenta minutos por hora, vinte e quatro horas por dia, doze meses por ano — tais estruturas não derivam de uma necessidade ontológica, mas de construções históricas e culturais que se consolidaram ao longo do tempo.

Isso não implica arbitrariedade absoluta. Muitas dessas convenções estão ancoradas em fenômenos recorrentes — como os ciclos da rotação e da translação da Terra — que oferecem referências estáveis para a organização temporal. Ainda assim, a forma como esses ciclos são divididos, nomeados e operacionalizados permanece convencional. Poderíamos, em princípio, adotar outras divisões, outras escalas, outros sistemas de contagem. E, mesmo assim, o tempo enquanto dimensão ontológica permaneceria inalterado. Esse ponto revela uma distinção fundamental: a métrica não emerge da essência do tempo — ela é construída para operar sobre ele.

A métrica organiza, padroniza e viabiliza o cálculo. Permite sincronização, previsão e coordenação das atividades humanas. No entanto, não funda o tempo nem define sua natureza.

Confundir convenção com ontologia é atribuir necessidade ao que é apenas acordo estruturado.

O tempo não se divide em horas — nós o dividimos para torná-lo mensurável. Não se organiza espontaneamente em calendários — nós o estruturamos para torná-lo inteligível e operável.

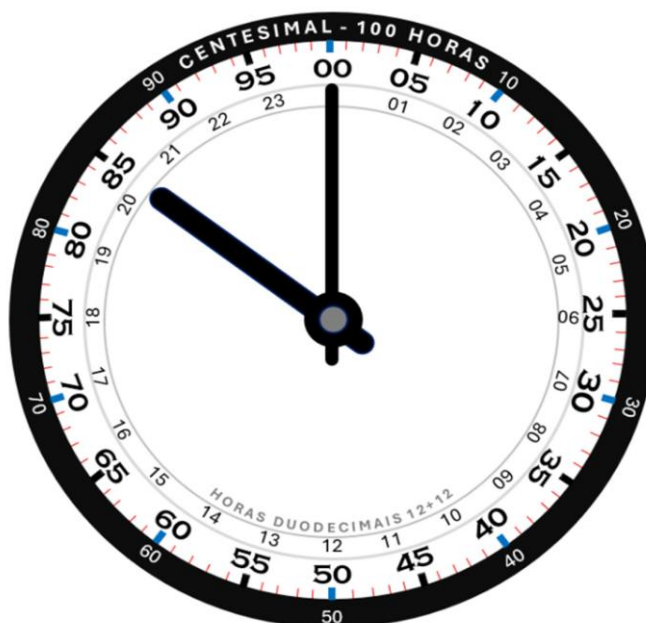
Horas, dias, meses e anos não são propriedades do tempo em si, mas formas convencionais de inscrição da temporalidade no campo da experiência e da prática. Assim, a métrica deve ser compreendida como uma interface entre o tempo e sua utilização, e não como expressão direta de sua essência.

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO MÉTRICA CENTESIMAL

Se a métrica do tempo é uma construção convencional, então ela não é única — é configurável. É a partir dessa premissa que se apresenta aqui um exercício conceitual: a proposição de uma organização métrica centesimal do tempo. Não como substituição imediata dos sistemas vigentes, mas como demonstração teórica da independência entre o tempo enquanto ser e as formas pelas quais o mensuramos. Nesse modelo, o dia é dividido em uma estrutura decimal:

- 100 unidades principais (horas);
- cada unidade composta por 100 subunidades (minutos);
- e cada subunidade novamente dividida em 100 partes (segundos). Tem-se, portanto:

- 100 horas por dia
- 100 minutos por hora
- 100 segundos por minuto



Essa proposta não pretende impor um novo padrão, mas evidenciar um ponto fundamental: a forma como organizamos o tempo não decorre de uma necessidade

ontológica, mas de decisões convencionais orientadas por critérios históricos, culturais e operacionais. Assim como o metro não é o espaço, o quilograma não é a massa e o grau não é a temperatura, também as unidades temporais não são o tempo em si. São estruturas simbólicas que utilizamos para quantificar e organizar fenômenos.

Nesse sentido, o relógio não mede o tempo enquanto realidade ontológica. Ele mede ciclos periódicos — oscilações, vibrações, repetições — aos quais atribuímos, por convenção, unidades temporais. O que chamamos de “hora” não é uma entidade natural do tempo, mas o nome dado a um intervalo definido com base em um padrão escolhido. A proposta centesimal torna essa condição visível.

Ao alterar a base de organização — de sexagesimal para decimal — não se altera o tempo enquanto tal, mas apenas a forma de sua representação e contagem. Isso nos conduz a uma questão decisiva: se modificarmos a unidade de medida, o tempo muda — ou muda apenas a forma como o descrevemos? A resposta, à luz da distinção entre métrica e ontologia, é clara: muda a métrica, não o tempo.

A proposta centesimal, portanto, não é apenas uma alternativa técnica, mas um instrumento filosófico. Ela explicita que o tempo não está contido nas unidades que o expressam, e que toda métrica é, em última instância, uma interface entre a realidade e sua operacionalização.

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ANUAL

Se a métrica do tempo possui caráter convencional, então suas formas de organização não são fixas — podem ser reformuladas segundo critérios de maior coerência, simetria e funcionalidade. É nesse horizonte que se apresenta a proposta de reorganização do calendário civil a partir de um modelo estrutural **10 × 35**. Nesse modelo, o ano é composto por:

- 10 meses,
- cada mês com 35 dias,
- organizados em 5 semanas completas de 7 dias.

Trata-se de uma estrutura simples, regular e integralmente simétrica. Para compreender o alcance dessa proposta, é necessário contrastá-la com o modelo atualmente em uso, o calendário gregoriano, estabelecido por Papa Gregório XIII. O calendário vigente apresenta características marcadamente irregulares:

- meses com 28, 29, 30 e 31 dias;
- trimestres de duração desigual;
- semanas que atravessam meses;
- datas móveis que afetam ciclos organizacionais;
- ausência de simetria matemática estrutural.

Essas irregularidades não são apenas formais — produzem efeitos concretos: dificultam o planejamento financeiro, comprometem a organização escolar, fragmentam ciclos produtivos e introduzem complexidade em análises estatísticas. O modelo **10 × 35** propõe superar essas limitações por meio de uma estrutura uniforme:

- todos os meses possuem 35 dias;
- todos os meses contêm exatamente 5 semanas completas;
- a mesma configuração se repete ao longo de todo o ano.

PROPOSTA DE CALENDÁRIO CIVIL ANUAL MODELO 10 X 35

PRIMUM								●	☾	☾	○
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB				
1	1	2	3	4	5	6	7				
	1	2	3	4	5	6	7	●			
2	8	9	10	11	12	13	14				
	8	9	10	11	12	13	14	☾			
3	15	16	17	18	19	20	21				
	15	16	17	18	19	20	21	○			
4	22	23	24	25	26	27	28				
	22	23	24	25	26	27	28	☾			
5	29	30	31	32	33	34	35				
	29	30	31	32	33	34	35				
1 - Confraternização universal											

SECUNDUM								●	☾	☾	○
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB				
1	1	2	3	4	5	6	7				
	36	37	38	39	40	41	42	●			
2	8	9	10	11	12	13	14				
	43	44	45	46	47	48	49	☾			
3	15	16	17	18	19	20	21				
	50	51	52	53	54	55	56	○			
4	22	23	24	25	26	27	28				
	57	58	59	60	61	62	63	☾			
5	29	30	31	32	33	34	35				
	64	65	66	67	68	69	70	●			
17 - Carnaval											

TERTIUM								QUARTUM							
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	1	2	3	4	5	6	7	1	1	2	3	4	5	6	7
	71	72	73	74	75	76	77		106	107	108	109	110	111	112
2	8	9	10	11	12	13	14	2	8	9	10	11	12	13	14
	78	79	80	81	82	83	84		113	114	115	116	117	118	119
3	15	16	17	18	19	20	21	3	15	16	17	18	19	20	21
	85	86	87	88	89	90	91		120	121	122	123	124	125	126
4	22	23	24	25	26	27	28	4	22	23	24	25	26	27	28
	92	93	94	95	96	97	98		127	128	129	130	131	132	133
5	29	30	31	32	33	34	35	5	29	30	31	32	33	34	35
	99	100	101	102	103	104	105		134	135	136	137	138	139	140
27 (97) - Sexta-feira Santa								6 (111) - Tiradentes 16 (121) - Dia do trabalho							

QUINTUM								SEXTUM							
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	1	2	3	4	5	6	7	1	1	2	3	4	5	6	7
	141	142	143	144	145	146	147		176	177	178	179	180	181	182
2	8	9	10	11	12	13	14	2	8	9	10	11	12	13	14
	148	149	150	151	152	153	154		183	184	185	186	187	188	189
3	15	16	17	18	19	20	21	3	15	16	17	18	19	20	21
	155	156	157	158	159	160	161		190	191	192	193	194	195	196
4	22	23	24	25	26	27	28	4	22	23	24	25	26	27	28
	162	163	164	165	166	167	168		197	198	199	200	201	202	203
5	29	30	31	32	33	34	35	5	29	30	31	32	33	34	35
	169	170	171	172	173	174	175		204	205	206	207	208	209	210
19 (159) - Corpus Christi															

SEPTIMUM								OCTAVUM							
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	1	2	3	4	5	6	7	1	1	2	3	4	5	6	7
	211	212	213	214	215	216	217		246	247	248	249	250	251	252
2	8	9	10	11	12	13	14	2	8	9	10	11	12	13	14
	218	219	220	221	222	223	224		253	254	255	256	257	258	259
3	15	16	17	18	19	20	21	3	15	16	17	18	19	20	21
	225	226	227	228	229	230	231		260	261	262	263	264	265	266
4	22	23	24	25	26	27	28	4	22	23	24	25	26	27	28
	232	233	234	235	236	237	238		267	268	269	270	271	272	273
5	29	30	31	32	33	34	35	5	29	30	31	32	33	34	35
	239	240	241	242	243	244	245		274	275	276	277	278	279	280
								10 (255) - Independência do Brasil							

NONUM								DECIMUM							
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	1	2	3	4	5	6	7	1	1	2	3	4	5	6	7
	281	282	283	284	285	286	287		316	317	318	319	320	321	322
2	8	9	10	11	12	13	14	2	8	9	10	11	12	13	14
	288	289	290	291	292	293	294		323	324	325	326	327	328	329
3	15	16	17	18	19	20	21	3	15	16	17	18	19	20	21
	295	296	297	298	299	300	301		330	331	332	333	334	335	336
4	22	23	24	25	26	27	28	4	22	23	24	25	26	27	28
	302	303	304	305	306	307	308		337	338	339	340	341	342	343
5	29	30	31	32	33	34	35	5	29	30	31	32	33	34	35
	309	310	311	312	313	314	315		344	345	346	347	348	349	350
5 (285) - Nossa senhora Aparecida 26 (306) - Finados								4 (319) - Proclamação da República							

DIMIDIUM							
SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	1	2	3	4	5	6	7
	351	352	353	354	355	356	357
2	8	9	10	11	12	13	14
	358	359	360	361	362	363	364
3	15						
	365						
4							
5							
9 (359) - Natal de Jesus							

O resultado é um sistema de previsibilidade estrutural plena. Do ponto de vista operacional, isso implica ganhos significativos. Instituições como empresas, bancos e governos operam por ciclos — mensal, trimestral, semestral e anual. No modelo atual, tais ciclos são desiguais; no modelo proposto, tornam-se perfeitamente proporcionais e comparáveis. Contudo, a adoção de 10 meses de 35 dias totaliza **350 dias**, o que exige um ajuste em relação ao ciclo solar.

Para resolver essa diferença, introduz-se um período complementar de 15 dias (ou 16, em anos bissextos), situado fora da contagem ordinária dos meses. Esse período

funciona como um intervalo de transição e reorganização, preservando a integridade estrutural dos meses e semanas.

Nos anos bissextos, o dia adicional (366º) é tratado como um hiato temporal, não pertencente a nenhum mês ou semana. Trata-se de um elemento de correção astronômica que não interfere na regularidade do sistema civil.

Do ponto de vista social e simbólico, eventos ocorridos nesse intervalo podem ser convencionalmente atribuídos ao dia imediatamente anterior ou posterior, garantindo continuidade nos registros e celebrações. O modelo pode ainda adotar denominações mensais em latim — como proposta — preservando a tradição histórica dos calendários e conferindo unidade linguística ao sistema. Assim, delineia-se uma distinção fundamental:

- o calendário atual organiza o tempo como herança histórica;
- o modelo proposto organiza o tempo como sistema racional.

A proposta 10×35 não pretende negar a tradição, mas demonstrar que outras formas de organização são possíveis — e que a estrutura temporal pode ser redesenhada com base em critérios de simetria, regularidade e eficiência operacional.

CONCLUSÃO

Ao longo desta investigação, percorreu-se um caminho que partiu da experiência imediata da medição para alcançar o fundamento ontológico do tempo. Demonstrou-se que o relógio não mede o tempo em si, mas ciclos físicos tomados como referência. Demonstrou-se que a métrica não pertence à ontologia, mas ao domínio da convenção. Demonstrou-se, ainda, que o avanço da precisão instrumental representa um progresso técnico na capacidade de mensuração, e não uma revelação da essência do tempo.

A partir dessas distinções, tornou-se possível propor novas formas de organização métrica — como o relógio centesimal e o calendário estruturado no modelo 10×35 — não como substituições necessárias, mas como demonstrações concretas da natureza configurável da métrica temporal. O que chamamos de “hora”, “dia” ou “ano”

não são propriedades do tempo, mas formas historicamente construídas de organizá-lo.

Ao distinguir entre condição ontológica e regime métrico, evidencia-se um ponto fundamental: a temporalidade não se altera quando aperfeiçoamos os instrumentos. O que se refina é a medição, não o ser. As variações observadas nos sistemas de medição — inclusive aquelas descritas pela física moderna — dizem respeito às condições dos processos físicos utilizados como referência, e não necessariamente à estrutura ontológica do tempo. Nesse sentido, o tempo não deve ser compreendido como aquilo que é diretamente medido, mas como a condição de possibilidade de toda medição.

O que medimos são fenômenos em sucessão, organizados por meio de convenções numéricas e operacionais.

Somente ao reconhecer essa distinção torna-se possível pensar o tempo com rigor ontológico, evitando a confusão entre aquilo que se apresenta à experiência e aquilo que a torna possível.

Assim, pode-se afirmar:

O tempo não é o que o relógio diz — é aquilo que torna possível que qualquer relógio diga algo.

E mesmo quando os instrumentos silenciam, quando cessam as medições e desaparecem as referências operacionais, o tempo — enquanto condição — não se extingue.

Permanece.

Submissão: abril de 2026. Aceite: abril de 2026. Publicação: maio de 2026.